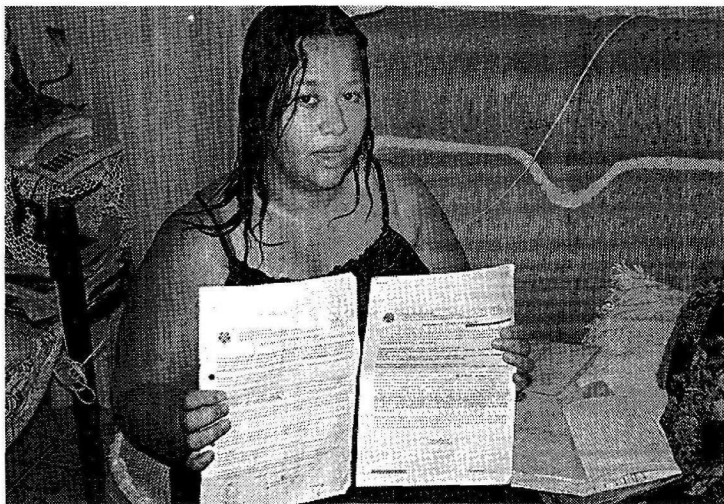


Assistência alternativa

A falta de informação e a crença dos mais necessitados de que a Justiça não chega até eles têm feito as pessoas sem recursos procurarem alternativas de atendimento gratuito. Sem receber ajuda financeira de seus dois ex-companheiros, a moradora do Varjão, Alessandra dos Santos Lisboa, 24 anos, recorreu ao atendimento do Núcleo Jurídico do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). O pai de sua primeira filha nunca pagou pensão. O da segunda sequer chegou a conhecer a menina. Alessandra não sabia da existência de um órgão público encarregado de cuidar gratuitamente de casos como o dela. "Se soubesse, já teria procurado, pois o que está em jogo é o direito de minhas filhas terem melhores condições de vida", afirma.

A Universidade de Brasília (UnB) mantém, há 15 anos, o Núcleo de Práticas Jurídicas da Ceilândia. Lá, alunos, professores e advogados voluntários



ALESSANDRA FOI ATENDIDA PELO NÚCLEO JURÍDICO DO IESB

fazem atendimento aos moradores que ganham menos de três salários mínimos (R\$ 1,1 mil). "Nosso objetivo não é substituir o Estado, mas fazer com que os estudantes conheçam a realidade da profissão e das comunidades menos assistidas", diz o coordenador do núcleo, Mamede Said Filho.

O UniCeub mantém diversos núcleos por todo o DF. Cerca de 69 advogados e 900 alunos atendem à população que ganha até dois salários mínimos (R\$ 760). A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também presta atendimento gratuito por meio da Fundação de Assistência Judiciária da OAB-DF.